

HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: O SURGIMENTO DOS CURSINHOS POPULARES*

Clóves Alexandre de CASTRO**

Resumo: Este texto é um breve histórico dos processos das reestruturações do capital ao longo do século XX, associando os Cursos Populares às estratégias de resistência e combate dos trabalhadores no bojo da última organização do capital no interior do processo produtivo no Brasil. Fizemos uma leitura de como o processo se deu em escala mundial a partir das condições históricas dos lugares e agentes que as implementaram por meio de derrotas sofridas pelas classes trabalhadoras. A experiência do Brasil, iniciada no começo dos anos de 1980 e concretizada nos idos de 1990, desmobilizou toda experiência sindical-popular oriunda dos movimentos sociais a partir dos anos de 1970. Ao mesmo tempo, contudo, a assimilação das experiências de lutas passadas e os novos desafios surgidos com a nova estratégia de acumulação de capital, levaram a novas experiências populares, entre elas os Cursos Populares, primeiro nas Universidades e depois nas periferias. Tais Cursos procuram, por meio da democratização do acesso ao ensino superior público e da qualificação educacional das classes populares, respostas para a crise que assola o país e impõem um lastro de miséria e exclusão social por toda sociedade.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva; acumulação de capital; movimentos sociais; Cursos Populares.

* Texto apresentado como trabalho final da disciplina "História Social do Trabalho no Brasil", ministrada pela professora Dr.^a Eda Maria Goes, no curso de Pós-graduação em Geografia, na Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP-Presidente Prudente – SP.

** Mestrando em Geografia pelo programa de Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP-Presidente Prudente-SP. Membro do GASPER (Grupo de pesquisa "Produção do Espaço e Redefinições Regionais"). Bolsista CAPES. E-mail: clovescastro@yahoo.com.br.

Resumen: Este texto es una breve historia de los procesos de reestructuración del capital a lo largo del siglo XX, asociando los Cursos Populares para Selectividad a las estrategias de resistencia y combate de los trabajadores en el centro de la última organización del capital en el interior del proceso productivo en Brasil. Realizamos una lectura de cómo el proceso se dio en escala mundial a partir de las condiciones históricas y de los lugares y agentes que las implementaron por medio de derrotas sufridas por las clases trabajadoras. La experiencia de Brasil, iniciada a inicios de los años 80 y concretizada en los 90, desmovilizó toda la experiencia sindical-popular oriunda de los movimientos sociales a partir de los años 70. Al mismo tiempo, sin embargo, la asimilación de las experiencias de luchas pasadas y los nuevos desafíos surgidos con la nueva estrategia de acumulación de capital, llevaron a nuevas experiencias populares, entre ellas los Cursos Populares para Selectividad, primero en las universidades y después en las periferias. Estos Cursos buscan, por medio de la democratización del acceso a la enseñanza superior pública y de la cualificación educacional de las clases populares, respuestas para la crisis que asola el país e imponen un lastre de miseria y exclusión social por toda la sociedad.

Palabras-clave: Reestructuración productiva; acumulación del capital; movimientos sociales; Cursos Populares para Selectividad.

1. INTRODUÇÃO

Este texto tem como finalidade fazer uma breve discussão sobre o surgimento do Movimento de Cursinhos Populares no Brasil, em meados dos anos de 1980, enquanto desdobramento das resistências populares às crises geradas pela ofensiva do capital sobre o trabalho a partir dos anos de 1970 e de seus desdobramentos no Brasil, que resultaram na diminuição dos postos de trabalhos, aumento significativo do setor terciário e de serviços, do trabalho precário, no assustador aumento da exclusão social e na desmobilização popular, pois quando a reestruturação produtiva

passa a ser pensada e implementada no Brasil, começaram duas mudanças que iriam se concretizar anos mais tarde.

A primeira é a mudança no setor produtivo, resultado da reestruturação produtiva esboçada acima. A segunda foi a mudança da classe trabalhadora a partir dos últimos 15 anos. Esta mudança se deu pelo fim da relação dialética fábrica/ bairro, pois, os atores sociais surgidos nos anos de 1970 foram, principalmente, resultados da interação do lugar da produção de mercadorias (a fábrica) com o bairro e suas demandas.

Isso fica mais evidente quando percebemos que aqueles atores residiam em bairros onde eram comuns as queixas sobre o custo de vida, onde a atuação da Igreja se dava, de forma geral, por meio de uma práxis libertadora, contribuindo para que o trabalhador lutasse no local de trabalho sem deixar de perceber que também se luta no bairro. A materialização das condições dos indivíduos na sociedade do capital de um lado, e, de outro, a gênese da luta que pode implementar derrotas aos agentes que o comandam e dão tom ao capital (Santos, 2000).

Essa característica daqueles trabalhadores, destruída com as novas formas de organização do trabalho, foi uma peculiaridade construída pela prática militante das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e apreendida nas “pequenas lutas” nas fábricas e nos bairros, por creches, esgotos, moradias, etc, numa interação e assimilação de experiências fundamentais para diversos avanços das lutas populares nos anos de 1980.

Os Cursinhos Populares surgiram no bojo desses eventos que culminaram na reestruturação produtiva no Brasil. De um lado pela bagagem das experiências de cursinhos promovidas por estudantes no interior das Universidades Públicas, de outro, pelo acúmulo dos movimentos populares organizados que possibilitaram diálogos entre importantes atores sociais, oriundos das Universidades e das comunidades de bairros populares.

Isso nos incentiva a arriscar que os Cursinhos Populares têm sido um importante instrumento de luta pela inclusão, seja do ponto de vista da democratização do acesso ao ensino superior público, seja

pela contribuição para a denúncia de que não é a tecnologia ou a busca pelo saber que gera a “ausência” de trabalho. Pelo contrário, elas preparam para os novos desafios que a classe trabalhadora brasileira, que hoje amarga altos índices de desemprego, não foi preparada para encarar.

Portanto, entendemos ser necessário, para compreender a questão, enquanto desdobramento de fenômenos de caráter mundial, nacional e local, uma breve reflexão sobre as bases e origens da crise que persegue a sociedade capitalista há quase um século.

2. DOS PRIMÓRDIOS DA CRISE À INCONSEQÜENTE TRAGÉDIA: A ESTRATÉGIA LIBERAL

A teoria clássica liberal determina o devido lugar dos agentes frente ao processo produtivo, bem como o papel que lhes cabe em relação aos atores, personagens fundamentais que estão no lócus da produção de mercadorias e são expressões, ao menos em potencial, da contradição capital /trabalho, podendo entrar em cena no instante da tomada da consciência de seu papel no processo de produção de mercadoria na sociedade capitalista (Thompson, 2001). Logo, o papel do Estado, no momento em que desponta a produção capitalista, revela-se um tanto ambíguo, pois, ao mesmo instante em que se louvava a “mão invisível” do mercado, os industriais se beneficiavam dos seus fortes braços repressores, garantindo-lhes que os operários trabalhassem até 15 horas diárias, além de desarticular as formas e organização de resistências a essas explorações (Engels, 1985).

Portanto, a mão institucional “ausente” nas transações mercadológico-financeiras está presente com sua irmã e parceira, para garantir a produção e conter os conflitos oriundos dessa relação social perversa. Nada mais é que instrumento de uma classe que comanda, sobre o qual detém hegemonia.

Isto significa, em primeiro lugar, a inexistência de Estado que não intervenha na economia e, em segundo, a dificuldade (ou opção) de muitos estudiosos, principalmente os liberais, de não

compreenderem os trabalhadores enquanto parte integrante e fundamental da economia de qualquer país e, em terceiro lugar, que as correlações de forças constituídas nos eventos e momentos dos conflitos, radicalizações, etc, ditam a extensão da ação do Estado a partir de uma composição de forças que agem em seu interior.

2.1 O MUNDO PÓS 1929: GESTAÇÃO E CRISE DE UM CONTRATO SOCIAL

A crise de superprodução gerada a partir de 1926 teve seu ápice em Outubro de 1929 e impôs ao mundo, em longo prazo, a necessidade de repensar as “engrenagens” de funcionamento do modo capitalista de produção. No que pese a dimensão escalar da ação estatal, a partir de John Keynes, o Estado, cada vez mais atua também como interventor na esfera do mercado financeiro, enquanto no campo da produção ele foi o agente que instituiu leis originárias das reivindicações de lutas vividas e violentamente reprimidas por ele mesmo.

A Revolução Russa e os movimentos nazi-facista-populistas, ofensivas radicais burguesas à tomada de consciência das classes operárias da Alemanha, Itália, Espanha, Portugal e América Latina, foram elementos de reflexão no após II Guerra para a viabilização de um contrato social pensado quinze anos antes. De um lado, estava derrotada uma alternativa liberal radical que surgiu se opondo violentamente contra o perigo “vermelho”, de outro, a URSS saía fortalecida do conflito em função, principalmente, de expansão sobre os territórios que se encontravam sob o domínio nazista. A partir daquele momento, ela comandava uma nítida composição que polarizaria com o ocidente até fins dos anos de 1980.

Diante da impressão de o socialismo real, ou melhor, capitalismo de Estado, experimentado no leste europeu (Kurz, 1999), poder intervir no curso do modelo vigente no ocidente; das aventuras totalitárias liberais iniciadas na década de 1920 e derrotadas na II Guerra mundial; das experiências com as radicalizações operárias do período entre-guerras, acentuadas com a crise econômica-financeira

de 1929, fizeram-se necessárias soluções políticas visando o alargamento da escala intervencionista estatal, iniciando-se a gestação de um novo modelo de acumulação capitalista que se consolidaria a partir do fim da segunda grande guerra com o estabelecimento do compromisso que garantiria aos trabalhadores, do centro do capitalismo, a seguridade social e a satisfação de seus interesses de classe mais imediatos, como estabilidade de emprego, crescimento do nível de vida e redução do tempo de trabalho (Bihr, 1998).

Para Alain Bihr (1998, p.37): “[...] do ponto de vista do proletariado, esse compromisso pode ser comparado a uma espécie de imensa barganha, pela qual o proletariado renunciou à ‘aventura histórica’ em troca da ‘seguridade social’.”

Para nós, os eventos e articulações que desembocaram na constituição desta nova estratégia de acumulação capitalista associada à seguridade social no centro do sistema e a promessa da mesma na chamada periferia, foram frutos das correlações de forças experimentadas em décadas anteriores que forçaram uma composição, na escala do Estado, e impuseram na sua agenda algumas das reivindicações históricas do proletariado do centro do sistema. Isto não significa a renúncia do proletariado à revolução, pelo contrário, o que se viu a partir daquele momento foi um conflito de classes crescente na África, Ásia e América Latina para que o compromisso estabelecido fosse assumido também naqueles territórios, resultando em descolonizações e revoluções populares na África, Ásia e América Latina.

Na verdade, o proletariado não abriu mão da revolução. Ele foi derrotado na periferia do sistema com auxílio de agentes globais ao lutar pela instituição da seguridade social sem compreender que a dinâmica daquele modelo garantia o bem-estar apenas aos trabalhadores do centro às custas da periferia.

O proletariado, naqueles espaços de lutas, estava sob o comando, em um primeiro momento, das burguesias “desenvolvimentistas”, como parte integrante do contrato estabelecido desde 1945 e oriundo das antigas burguesias coloniais.

Quando esse comando esfacelou-se, pela incompatibilidade das pautas, o proletariado caiu em um segundo momento, sob o comando de vanguardas que tinham, como referências, experiências socialistas que se valiam do mesmo padrão de acumulação dos países capitalistas.

As conquistas das classes trabalhadoras do centro do sistema durante os anos de construção e vigência do *welfare-state*, a expansão do preço da força de trabalho, a intensificação das lutas sociais visando o controle social da produção, associadas a outros elementos como a retração do consumo, o desemprego estrutural e a perda de lucratividade nas indústrias de transformação a partir do final dos anos de 1960, causaram uma diminuição dos níveis de produtividade de capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro (ANTUNES, 1999, p.29).

Esta tendência exigiu a reorganização, no interior do Estado e do processo produtivo, dos ideólogos de orientação liberal, que passaram a repensar uma outra estratégia de acumulação, uma alternativa que lançasse novamente a ofensiva do capital sobre o trabalho e revertesse o recuo tático do capital conduzido pelo alargamento da escala de ação do Estado quanto as regulações inerentes aos conflitos oriundos das contradições capital/trabalho.

A queda da lucratividade dos países do centro, o colapso da ordem de Bretton Woods associado à ascensão de governos conservadores como Thatcher na Inglaterra, Pinochet no Chile e Reagan nos E.U.A criaram as condições políticas para ser implementadas diretrizes seivadas no terreno da economia, do processo produtivo e das novas relações de trabalho que estavam surgindo.

O pêndulo do Estado novamente se movia para os interesses do capital e ele foi o agente da desregulamentação das relações de trabalho, das transferências dos fundos e bens públicos para os bancos e empresas internacionais para acumulação flexível e, principalmente, do desmonte dos sindicatos e simultâneo desbaratamento do operariado, transformado-o em trabalhadores

precários, jogados na informalidade. Consolida-se a tragédia neoliberal.

3. BRASIL - DO TOTALITARISMO DE BOTAS À SUBMISSÃO AOS INTERESSES DO MERCADO: A NEGAÇÃO DA NAÇÃO

O golpe político militar de 1964 encerrou um período de lutas no interior do Estado brasileiro entre as frações da classe burguesa, que se iniciou com a tomada do poder pelas oligarquias dissidentes, personalizadas na figura do gaúcho Getúlio Vargas que subiu ao poder referendado pela contra-revolução de 1930 (DECCA, 1986). Os quinze anos ininterruptos de Governo Vargas, divididos em “revolucionário até 1934”, constitucional até 1937 e ditatorial até 1945, empreenderam mudanças de fundo na sociedade brasileira.

Em primeiro lugar, percebe-se de imediato a transferência de capitais oriundos do complexo cafeeiro para o setor industrial, pois a crise da cafeicultura atrelada à queda das exportações do produto, em função da crise de 1929, favoreceu o fortalecimento da indústria e abriu alternativas de novos negócios aos proprietários de capitais, que eram cafeicultores e virariam industriais (MARTINS, 1981).

A constituição de 1934 acolheu em seu texto reivindicações dos trabalhadores urbanos que, na década anterior, eram tratadas como caso de polícia. Os sindicatos foram permitidos, mas deveriam ser atrelados ao Ministério do Trabalho, logo, tratava-se de um aparelho de controle social estatal sobre os anseios e instrumentos das classes trabalhadoras.

Essa operação estava intimamente ligada à estratégia de encontrar um novo modo de acumulação para o país, que substituisse o acesso externo da economia primário-exportadora. Para isso se fez necessário adequar, antes, as relações de produção tal como é apontado abaixo.

O populismo é a larga operação dessa adequação, que começa por estabelecer a forma de junção do “arcaico” e do “novo”,

corporativista como se tem assinalado, cujo epicentro será a fundação de novas formas de relacionamento entre o capital e o trabalho, a fim de criar as fontes internas da acumulação. A legislação trabalhista criará as condições para isso. (OLIVEIRA, 2003, p. 64)

A derrota nazi-fascista na Europa não dava espaço para a sobrevivência do regime autoritário no Brasil, mas, em 1951, Vargas retornaria, por meio das urnas, para se deparar com um proletariado urbano mais maduro e em mutação, embora ainda atrelado ao sindicalismo estatal, chefiado por pelegos, dirigentes sindicais ligados à estrutura estatal com o objetivo de retardar a luta dos trabalhadores (WEFFORT, 1989).

As discussões acerca do modelo brasileiro acirraram as disputas no interior do bloco de poder. O governo Vargas cedia e impunha limites à ação do capital internacional; tinha apoio dos comunistas, mas mantinha o PCB na ilegalidade; criou o monopólio do petróleo e resolveu radicalizar na estratégia populista, indicando J. Goulart para o Ministério do Trabalho. Proferia discursos inflamados, sempre começando pela forma clássica com que se dirigia ao povo (“Trabalhadores do Brasil, hoje vocês estão com o governo. Amanhã vocês serão o governo”) e baixava o decreto de lei que aumentava em 100% o salário mínimo (BOITO, 1982, p. 103).

Essa tentativa de retomar pra si o comando do Estado por meio da estratégia populista num momento de radicalização das classes trabalhadoras urbanas de um lado, e o temor das burguesias ao perceber, através da explosão das greves dos bancários e portuários, o esgotamento daquela estratégia, explícita na autonomia daquelas categorias em construir a greve, fez com que houvesse uma composição de forças burguesas no interior do bloco de poder. Tal composição, a partir daquele momento, cresceria cada vez mais. Fazia frente aos trabalhadores urbanos que aos poucos ^{xv} se libertavam da estratégia populista e logo emergiram junto com outros movimentos sociais urbanos e rurais, cerrando fileiras por reformas já degustadas pelas classes trabalhadoras dos países do centro do sistema.

Estava posto o pano de fundo do movimento contra-revolucionário vitorioso em 31 de Março de 1964. O consenso das elites se deu novamente enquanto forças contra-revolucionárias que, naquele momento, transcendiam a escala da nação, pois a não extensão do Estado social, da sociedade salarial (CASTEL, 2001), no Brasil e em outros países, implicava na adesão de suas respectivas burguesias nacionais ao projeto imperialista, o qual garantia à essas burguesias locais tranqüilidade e ascensão para o processo de acumulação e concentração.

3.1 REPRESSÃO POLÍTICA, ARROCHO SALARIAL E CONCENTRAÇÃO DE RENDA: A FÓRMULA DO “MILAGRE”

O regime inaugurado no Brasil a partir de março de 1964 foi resultado de uma composição política burguesa no interior do bloco de poder, objetivando, de um lado, frear a ascensão dos movimentos sociais e, de outro, constituir o espaço e as condições adequadas para um novo surto de reestruturação produtiva no Brasil, baseado na produção dos bens de consumo duráveis e na importação dos bens de produção (ALVES, 2000).

A necessidade de conter os movimentos sociais, a reestruturação produtiva iniciada com o pós 1964, associados à abertura do mercado interno para os bens de produção por meio do forte investimento estatal, e as isenções de toda a ordem aos capitais estrangeiros, geraram uma estratégia de acumulação capitalista baseada na articulação do Estado nacional com capitais internacionais. Tal estratégia era sustentada por uma violenta ditadura política que inviabilizava a organização dos sindicatos e as mobilizações de trabalhadores, fazendo a classe trabalhadora amargar um terrível arrocho salarial que gerou as maiores taxas de produção e concentração de renda já experimentadas em nosso país (OLIVEIRA, 2003).

O aumento da taxa de exploração do trabalho por meio da extensão da jornada e do arrocho salarial fez com que o capitalista, de posse da mais-valia aumentada, a injetasse na economia de modo a elevar a taxa de reinvestimento, reativando o setor produtivo e possibilitando que, a partir de 1967, o país experimentasse taxas de crescimento jamais vistas. Era o “milagre” brasileiro que duraria até a crise global do capitalismo em 1973, e foi resultado da imposição de uma política de:

Superexploração do trabalho no Brasil (que) iria assumir a sua maior perversidade histórica, articulando uma jornada prolongada de trabalho, com uma intensidade extenuante do processo produtivo, e uma tendência persistente à depreciação salarial, à constante subtração do *quantum* referente à remuneração do trabalho, em benefício do mais-valor apropriado pelo capital monopólio. (ALVES, 2000, p. 109)

Isso significou um intenso e agressivo período de expropriação vivido pelas classes trabalhadoras que, na maioria das vezes, trocaram a enxada e a foice para operar as complexas máquinas e ferramentas de trabalho, sem nenhuma qualificação educacional que lhes permitissem ir além das máquinas (CATTANO, 1996).

3.2 A CRISE DO “MILAGRE” E A EMERGÊNCIA DOS NOVOS PERSONAGENS NO ÂMBITO DAS LUTAS DE CLASSES NO BRASIL

A crise do capitalismo global gerada pela ofensiva do trabalho sobre o capital materializada nas conquistas trabalhistas oriundas do *welfare state*, se fez acompanhar pela queda da lucratividade do capital no centro do sistema e pelo colapso da ordem de Bretton Woods, o que afetou a continuidade do crescimento experimentado pelo Brasil.

No Brasil, a crise é originária da queda de consumo dos bens duráveis, queda que rapidamente afetaria a produção dos mesmos e,

conseqüentemente, de toda equivocada opção da burguesia brasileira por um desenvolvimento industrial pautado nas importações dos bens de produção, da superexploração do trabalho e da contenção do consumo das classes populares.

Em pouco tempo as classes populares iriam sentir, ainda mais, o peso da política governamental em suas condições precárias de reprodução, e passariam a construir as bases do que seria, a partir do final dos anos de 1970, mesmo nos mais duros anos de repressão política, o maior movimento de massas que o país até então vivera. (SADER, 1988).

Com a vitória eleitoral do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) nas eleições legislativas de 1974, a já intensa atuação das pastorais e Cebes (Comunidades Eclesiais de Bases) nas periferias de São Paulo, ligadas à Teologia da Libertação e, no âmbito da produção, a reorganização dos operários, desta vez a partir do interior da fábrica, pois seus sindicatos estavam aparelhados por pelegos ligados a chefias das metalúrgicas e montadoras, foram as bases para os enfrentamentos de classes que durariam até meados dos anos de 1989, quando o país começara a se inserir na nova (des)ordem por meio de uma nova reestruturação produtiva que já estava consolidada nos países do chamado Primeiro Mundo.

A articulação dessas experiências popular/sindicais foi importante porque permitiu, utilizando a expressão de Eder Sader, que “novos personagens” entrassem em cena na disputa por uma agenda que incluísse os trabalhadores e seus direitos nas pautas de distribuição dos recursos de que os mesmos foram e são protagonistas por meio do trabalho social produzido.

O que dava um caráter de novo a esses movimentos populares em ascensão era que a disputa não passava pela contestação da “legitimidade” da ordem estabelecida ou pelo levantamento de bandeiras socialistas e, sim, contra o aumento do custo de vida, a precariedade dos serviços de saúde, ausência de creches, moradias, saneamento e outras demandas que até hoje não foram atendidas (SADER, 1988).

Isto significa que esses personagens emergiram diante da radicalização de uma demanda real por melhores condições de vida e, embora desconectados das vanguardas da esquerda tradicional presente nos movimentos sociais pré-1964, apreenderam o acúmulo das lutas passadas e deram uma nova dinâmica para os conflitos de classe no Brasil. Tal dinâmica se deveu às de organizações de trabalhadores surgidas no interior das fábricas e aos movimentos populares impulsionados pelos espaços de socialização política. Eram espaços instituídos pelas práticas das CEBs em bairros onde residiam muitos operários que trouxeram e construíram suas práticas de ação do lugar de trabalho para o da morada, atuando em diversos movimentos com demandas oriundas da contradição capital/trabalho.

A diversidade desses movimentos não implica na ausência de proximidade entre eles, e quando

[...] acompanhamos a história dos vários tipos de organização popular na Grande São Paulo nesse período, nos defrontamos quase sempre com a presença da Igreja Católica, sua rede de agentes pastorais e suas estruturas de funcionamento; com as matrizes discursivas da contestação, mescladas nas práticas concretas onde se encontraram; muitas vezes até com as mesmas pessoas circulando de um movimento para outro.(SADER, 1988, p.198)

É assim que, de acordo com E.P.Thompson (2001, p.274), o povo se faz classe recriando sua consciência por meio da ação.

O Gal. João Baptista Figueiredo assumiu a Presidência da República em 1978, encerrando o ciclo dos “gorilas” de farda em meio ao cruzar dos braços de milhares de metalúrgicos no ABC paulista. Foi o estopim da explosão que, no ano seguinte, alastrou-se pelas mais importantes regiões produtivas do país através de diversas categorias, entre as quais alencamos os bancários, portuários, petroleiros, professores.

Caso a parte foi a experiência da Oposição Metalúrgica Sindical de São Paulo (OSM-SP). Ao contrário dos sindicatos do

ABC, não havia espaço para atuação em suas estruturas. Fora aparelhado por pelegos associados ao regime ditatorial desde meados dos anos de 1960.

A luta pela organização dos trabalhadores, ainda que clandestina, no interior do espaço da produção, possibilitou, no caso da OSM-SP, uma gradativa conquista pelo respeito dos companheiros de trabalho em função de “pequenas” conquistas no cotidiano da produção que, na verdade, para o dia a dia daqueles trabalhadores era uma conquista fabulosa (SADER, 1988).

O acúmulo das lutas e o respeito adquirido permitiram o desenrolar de lutas mais amplas para os metalúrgicos de São Paulo, entre as quais apontamos a greve de 1979. Que ancoradas em outros movimentos sociais, despertou enormes laços de solidariedade entre as classes populares da grande São Paulo. Arriscamos a afirmar, contrariando Lúcio Kowarik (2000), que, mesmo o movimento não sendo originário do lugar onde se materializam as contradições capital/trabalho, ou seja, na produção, não significa que ele não seja regido por demandas originárias daquelas contradições (KOWARIK, 2000, p.78).

3.3 DA NOVA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA AO SURGIMENTO DE NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS: OS CURSINHOS POPULARES

A nova reestruturação produtiva, iniciada por volta do começo dos anos de 1980, ainda de forma restrita, iria provocar mudanças de fundo nos mundos do trabalho no Brasil. Tais mudanças deram uma nova coloração para os conflitos originários da relação social entre capital e trabalho, pois começaram a alterá-los de forma que a acumulação se tornasse mais rápida e eficaz. Neste caso, implicou no aumento da taxa de lucro e, sutilmente, na desmobilização dos sindicatos, duramente golpeada pelas novas regulamentações e diminuições dos postos de trabalho.

Com a crise da dívida externa em 1981, a contração do mercado interno e o incentivo às exportações obrigaram as grandes empresas a adotarem novos padrões organizacionais-tecnológicos. Segundo Giovanni Alves, esta reestruturação produtiva é oriunda do processo da:

[...] crise do capitalismo industrial, cuja maior expressão é a crise da dívida externa [...] O processo de luta de classes no país, caracterizado pela ascensão do "novo sindicalismo", voltado para maior intervenção nos locais de trabalho, pondo [...] em questão, o controle do trabalho (e por último) [...] novas estratégias [...] que implicaram a adoção [...] de novos padrões organizacionais-tecnológicos, inspirados no toyotismo, o "momento predominante" do complexo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital. (ALVES, 2000, p.121)

Essa nova estratégia de acumulação pautada no discurso da qualidade, foi o meio de revigorar a luta histórica do capital pela manutenção da submissão do trabalho. Os círculos de controle de qualidade (C.C.Q) instituídos nas linhas de produção, foram, além da apropriação intelectual do trabalhador, uma estratégia empresarial do capital para disputar os rumos das intervenções dos operários no interior da produção, que colocavam em risco o controle social da mesma, no momento em que se tornou inevitável a consolidação das comissões de fábricas e as organizações por local de trabalho. Em outras palavras, foram ações cujo fins eram esvaziar conquistas operárias visando aumentar o controle do processo de produção. Por isso mesmo, receberam intensa oposição dos sindicatos dirigidos por atores oriundos do "novo sindicalismo".

Ao findar a década de 1980, o Estado brasileiro passa a atuar, agora mais do que nunca, como principal agente da nova forma de acumulação. Inicia-se, pois, o ciclo neoliberal, no Brasil, com a ascensão de Fernando Collor de Melo à presidência da República.

O Estado passa a se des-responsabilizar ainda mais pelos direitos essenciais de quaisquer cidadãos, transferindo-os para o setor de serviços, precarizando ainda mais as condições de vida da classe

que vive do trabalho (ANTUNES, 1999) e alargando o fenômeno da exclusão social em patamares jamais vistos na história do Brasil.

É nesse contexto que surgem as primeiras experiências de Cursinhos Populares nas periferias de São Paulo e Rio de Janeiro. São experiências nascidas no interior de Universidades Públicas e geradas pelo acúmulo dos movimentos populares e sindicais que tiveram seus impulsos esgotados, a partir do início dos anos de 1990, pela ausência de respostas às ofensivas e dilemas colocados pelas novas estratégias do capital.

4. CURSINHOS POPULARES: DO SURGIMENTO À EXPANSÃO

Conforme Pezzi (2002) os cursinhos preparatórios para o vestibular no Brasil datam de mais de meio século e sua expansão está associada à crescente demanda por vagas no ensino superior público, principalmente a partir do final dos anos de 1960, quando passou a haver grande número de "excedentes" (aprovados sem vagas), o que incentivou o Conselho Federal de Educação a permitir a abertura de muitas escolas superiores privadas.

Já os Cursinhos Populares têm origens em pelo menos três momentos de mobilização social no Brasil. O Cursinho do grêmio da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP (Universidade São Paulo) surgiu por volta do início da década de 1960. No começo dos anos de 1970, transformou-se em um Colégio alternativo voltado para a classe média da Zona Oeste paulistana, o Equipe. As experiências sindicais/populares dos anos de 1970/80 fixaram-se, como rugosidades no espaço, na memória e imaginário da classe trabalhadora que se cria e se recria na luta cotidiana contra as privações e o modelo que as impõem (THOMPSON, 1987). Em 1987 surgiu o Cursinho do grêmio da Poli, na USP, que, diferente de sua formação original nos anos de 1950, introduziu critérios sociais para os vestibulandos ingressarem ao projeto (CASTRO, 2002).

A crise acentuada no final dos anos de 1980 e início dos 90 elevou a inflação e reduziu os índices dos empregos industriais a

números calamitosos colocando na defensiva a atuação dos movimentos que ao longo de mais de uma década, comandaram lutas visando transformações radicais na estrutura da sociedade brasileira.

Os sindicatos e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que durante toda uma década encamparam lutas pelo controle operário do processo de produção, pela valorização da força de trabalho, entre outras questões, ficaram perplexos diante a realidade reservada para o trabalho e para os que da venda dele vivem.

A ascensão neoliberal, em um primeiro momento, reduziu a ação desses agentes a apenas alguns discursos e greves contra as inevitáveis demissões, que faziam parte da consolidação da reestruturação produtiva de raiz toyotista em curso há uma década, materializada pela (re) aproximação do pêndulo do Estado aos interesses exclusivos do capital. As demissões e suas conseqüências consistiram em mais uma derrota as classes trabalhadoras em sua luta pela dignidade e contra a exploração do trabalho pelo capital.

Recuperar-se dessas derrotas implica, pois, perceber de imediato a necessidade da mudança de estratégia que orienta essa luta histórica, no momento em que se torna inevitável a mudança estratégica de acumulação implementada pelos agentes do capital. Esse refazer dos movimentos implica em absorver as derrotas enquanto aprendizado das lutas no processo dos conflitos de classes, e se recompor para os novos desafios colocados diante a realidade, além da perspectiva e da dimensão da ação eficaz possível.

Nesse sentido, ao contrário do que pensa Marson (2000, p. 46)^{xvi}, cabe sim, a denominação de "novo" aos movimentos sociais surgidos nos anos de 1970, pois o acúmulo de lutas passadas, a inviabilidade dos antigos instrumentos de luta e, principalmente, o surgimento de novos atores sociais permitiram uma estratégia que driblasse os mecanismos de repressão do Estado autoritário e recolocasse na ordem do dia as precárias condições de reprodução dos trabalhadores e suas novas formas de luta naquele período (SADER, 1988).

É nesta perspectiva que concebemos, neste momento, nos Cursinhos Populares como um novo movimento social surgido das

experiências de lutas estudantis no interior das universidades, visando a democratização do acesso a essas instituições públicas. Buscaram o caminho e o diálogo das periferias que, associados aos acúmulos dos movimentos anteriores, têm experiências fantásticas nas comunidades de bairros, universidades e sindicatos, reforçando a tese das periferias enquanto lugar da alternativa solidária, elemento primordial para uma “outra globalização” (SANTOS, 2000).

5. CONCLUSÃO

Procuramos desenvolver, neste texto, reflexões que possam contribuir para formalizarmos nosso objeto de pesquisa (os Cursinhos Populares) a partir das contradições expressas a partir da relação capital/trabalho. Tentamos localizar e interpretar eventos de dimensões planetárias, por meio da indissociável relação espaço/tempo, a fim de compreendermos eventos com expressões nacionais e regionais, partes de uma totalidade escalar. E não poderia ser diferente, pois o

[...] surgimento do mais contemporâneo, reconstruindo o sistema das transformações de que a situação tal é herdeira [...] É também um efeito de herança, e a memória de tal herança nos é necessária para compreender e agir hoje. (CASTEL, 2001, p.23)

diante da desqualificação do trabalhador frente aos novos desafios no campo da produção, das lutas sociais e da exclusão social, colorações constitutivas do modo capitalista de produção (SPOSATI, 1999).

A ascensão neoliberal e as novas estratégias de acumulação desenharam uma nova cara das classes trabalhadoras no Brasil. A cara da perplexidade diante de um fenômeno violento e radical que varreu de forma avassaladora uma parcela significativa dos trabalhadores ligados ao antigo modelo de acumulação, restando-lhes, como alternativas, o trabalho precário ou a perspectiva de uma requalificação profissional que lhes possibilite o (re)ingresso ao mercado formal de trabalho.

É neste sentido que as experiências de Cursinhos Populares têm sido um instrumento de combate à exclusão social de um lado e, de outro, um mecanismo de luta e resistência popular que tenta colocar suas pautas mais imediatas na agenda do Estado brasileiro.

No caso da exclusão, pois, seus alunos são desde jovens, que sempre estudaram em escolas públicas e moram nas periferias, excluídos do mercado de trabalho sem nunca terem adentrado-o, como também, aqueles que foram atingidos pela reestruturação produtiva e lutam por uma vaga no mercado de trabalho formal utilizando o aprendizado adquirido nesses Cursinhos para prestar concursos públicos ou qualquer outra colocação que permita recuperar a sensação de dignidade, próprio de quando se tem um trabalho.

Por outro lado, o sentido dos Cursinhos Populares não é apenas a busca de aprovação no concurso vestibular, mas a contribuição para se compreender os fatores e eventos que tornam necessária a luta para viabilizar essa pauta popular. Tem como fim a qualificação das lutas populares, seja no interior das universidades, pela ação de estudantes e ex-alunos de um Cursinho Popular, seja em quaisquer outros campos da luta social em que tais atores estiverem.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **O Novo (Precário Mundo do Trabalho):** reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000, 365p.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho.- 4^a ed. - São Paulo: Boitempo, 2001, 258p.

BIHR, Alain. **Da Grande Noite à Alternativa:** o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998, 284p.

BOITO, Armando. **O golpe de 1954:** A burguesia contra o populismo. São Paulo: Brasiliense, 1982, 116p.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário.- 3^a ed. - Petrópolis-RJ: Vozes, 2001, 611p.

- CASTRO, Clóves Alexandre de. *Cursinho Ideal da Unesp: por uma política pública de combate à exclusão social*. 2002. 60f. Monografia de Bacharelado em Geografia Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Presidente Prudente.
- CATTANI, Antônio David. *Formação, Qualificação, Autonomia*. In: CATTANI, Antônio David. **Trabalho e Autonomia**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995, p. 137-193.
- DE DECCA, Edgard. **1930: O silêncio dos vencidos**.-6^ª ed. - São Paulo: Brasiliense, 1986, 205p.
- ENGELS, Frederico. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Ed. Global, 1985, 378p.
- KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. São Paulo: editora 34, 2000, 134p.
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**.- 5^ª ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999, 227p.
- MARSON, Adalberto. Lugar e identidade na historiografia de movimentos sociais. In: BRESCIANI, Maria Stella; SAMARA, Eni de Mesquita e LEWKOWICZ, Ida. **Jogos da política: imagens, representações e práticas**. São Paulo: Marco Zero/ Fapesp, 2000, p. 33-49.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003, 119p.
- PEZZI, Antônio Carlos. *Cursinhos – um rito de passagem*. In: ANDRADE, Rosa Maria T. e FONSECA, Eduardo F. **APROVADOS: cursinho pré-vestibular e população negra**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2002, p. 63-73.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 320p.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**.- 5^ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2001, 174p.

SPOSATI, Aldaíza. Exclusão social abaixo da linha do Equador. In: VÉRAS, Maura Pardini Bicudo, SPOSATI, Aldaíza e KOWARIK, Lúcio. **Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam**. São Paulo: Educ, 1999, p. 126-133.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**.-vol. 1- São Paulo: Paz e Terra, 1987, 204 p.

_____. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: Negro, Antônio Luigi e Silva, Sérgio. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Unicamp, 2001, p. 269-281.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. – 4^o ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, 181p.

Recebido para publicação em 30 de abril de 2004.

Aceito para publicação em 20 de novembro de 2004.

